



A Educação a Distância na Rede Federal e sua implementação no Instituto Federal Goiano

Distance Education in the Federal Network and its Implementation at the Goiano Federal Institute

Joseany Rodrigues Cruz¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6141-8345>

 <http://lattes.cnpq.br/0072100387022033>

Daniela da Costa Britto Pereira Lima²

 <https://orcid.org/0000-0002-1075-2113>

 <http://lattes.cnpq.br/2278807353455371>

RESUMO

No processo de implantação da Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), algumas iniciativas têm se mostrado relevantes, por exemplo, a adesão a determinadas políticas de governo, tais como à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e à Rede e-Tec Brasil, e à implementação de 20% da carga horária dos cursos presenciais técnicos integrados ao Ensino Médio e Superior na modalidade a distância. Essas ações configuram-se como estratégias não apenas para garantir o êxito dos alunos, mas também como meio para coibir a evasão. Para compreender as iniciativas do IF Goiano, o artigo traça um breve histórico da EaD no país e das políticas públicas para a modalidade destinadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para o processo investigativo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental que privilegiou as legislações em vigor ou já revogadas e outros documentos, além de autores de referência. Nesse processo foram constatados muitos avanços, mas também alguns problemas na implantação da EaD no IF Goiano, sobretudo em decorrência da maneira como as políticas são definidas pelo governo, o que tem levado a instituição a focar em ações próprias.

Palavras-chave: Educação a Distância; Rede Federal; políticas públicas; Instituto Federal Goiano.

ABSTRACT

In the process of implementing Distance Education (EaD) at the Goiano Federal Institute (IF Goiano), some initiatives have been shown to be relevant, as for example, adherence to certain government policies, such as the Open University of Brazil (UAB) and the e-Tec Brazil Network (Rede e-Tec Brasil), and the implementation of 20% of in-person classes at technical courses integrated to high school and at Higher Education in the distance learning modality. These actions are characterized as strategies not only to ensure the students' success, but also as a

¹ Instituto Federal Goiano – IF Goiano, Goiânia/GO – Brasil. E-mail: joseany.cruz@ifgoiano.edu.br

² E-mail: daniela_lima@ufg.br



means to curb dropout. In order to understand the initiatives of the IF Goiano, the article outlines a brief history of distance education in the country and describes public policies for the modality aimed at the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. For the investigative process, a bibliographic and documental research was carried out emphasizing either current or revoked legislation and other documents, in addition to reference authors. In the process, many advances were observed, but also some problems were identified in the implementation of distance education at IF Goiano, mainly due to the way in which policies are defined by the government, which has led the institution to focus on its own actions.

Keywords: *Distance education; federal network; public policy; Goiano Federal Institute.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as políticas públicas para a Educação a Distância (EaD) que foram adotadas pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano), com vistas à institucionalização da modalidade. Para tanto, parte-se da premissa de que a EaD no Brasil é fruto de ações governamentais que visam a implantação, expansão, interiorização e democratização da educação. Inicialmente implementadas de maneira menos expressiva, essas ações tornaram-se mais efetivas nos últimos anos, pois, assim como o fizeram outras instituições públicas brasileiras, o IF Goiano aderiu a algumas políticas propostas pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de institucionalizar a Educação a Distância. Para entender esse processo, é necessário abordar primeiramente alguns marcos importantes da EaD no Brasil.

Com as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecidas pela Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), foram identificados avanços significativos para a EaD. O Art. 80 da LDB/1996 determina que o poder público deve incentivar programas de Educação a Distância em todos os níveis e modalidades, exigência confirmada posteriormente pelo Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). A partir de então, a EaD se fortaleceu em todo o território nacional com a implantação de políticas públicas específicas, tais como a criação da Universidade do Brasil (UAB) em 2006 e do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) em 2007. Em 2011, o e-Tec Brasil foi transformado na Rede e-Tec Brasil, com o objetivo de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de Educação a Distância.

Em 2017, o governo federal implementou o programa MedioTec EaD em substituição à Rede e-Tec. A ação foi desenvolvida de forma concomitante e subsequente ao ensino médio, mediante convênios de intercomplementaridade com as redes públicas estaduais e distrital de educação, e buscando parcerias com o setor produtivo quanto à geração de emprego e renda.

Para a discussão do tema, este artigo está estruturado da seguinte forma: apresenta as políticas públicas de EaD propostas pelo MEC; aponta o conceito de políticas públicas adotado; faz um breve histórico da EaD no país, para que se possa compreender as características do momento atual que motivaram as escolhas feitas



pelo IF Goiano; e relaciona, por ordem cronológica³, as ações de EaD na instituição, que se iniciaram em 2012/2013 e continuam sendo desenvolvidas.

2. DESENVOLVIMENTO

Em consonância com as diretrizes de expansão da Educação a Distância no Brasil e com o crescimento da oferta de educação pública em seus diversos níveis, ambos impulsionados a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e com vistas a atender às demandas sociais, os institutos federais tornaram-se atores fundamentais no processo de formação a distância. São vários os cursos ofertados em diversas áreas do conhecimento que tentam viabilizar o acesso de muitos brasileiros, sobretudo jovens, ao "mundo do trabalho". No caso do IF Goiano, foram atendidos em Educação a Distância, via Programa Rede e-Tec Brasil, 8.490 alunos entre os anos de 2013 e 2016 em 94 polos implantados no estado de Goiás. Além disso, foi homologada⁴ pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec/MEC) a oferta de 1.400 vagas para o curso de formação instituído pelo MedioTec EaD, que começou a ser ministrado em agosto de 2017, com prazo para conclusão em 2019.

2.1. CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

O conceito de política pública não é unívoco, pois, conforme acentua Lima (2013, p.58), "[...] não existe uma única ou melhor definição para a mesma". Nessa perspectiva múltipla de significados, adotam-se neste artigo os pressupostos de Höfling (2001) e Rodrigues (2011). Höfling (2001) utiliza a nomenclatura políticas sociais para se referir às ações do governo que objetivam o bem social e coletivo e à diminuição de abismos sociais e desigualdades. Rodrigues (2011), por sua vez, afirma que as políticas públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo ao Estado intervir no ordenamento social por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas que garantam políticas que, oriundas de diversos interesses, atendam necessidades e demandas da população que vive em um território delimitado.

As políticas sociais referem-se às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e que estão voltadas, em princípio, para a redistribuição de benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Suas raízes estão nos movimentos populares do século XIX, quando surgiram para a resolução de conflitos entre capital e trabalho advindos do desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HÖFLING, 2001).

No caso da UAB, da Rede e-Tec Brasil e do MedioTec EaD, todos se constituem como políticas públicas categorizadas como educacionais, que foram adotadas pelo IF Goiano e por vários outros institutos e universidades federais do país. Esses

³ A abordagem é cronológica para que se possa entender as tomadas de decisão do grupo de gestores do IF Goiano ano a ano, em sua tentativa de iniciar a oferta e fortalecer a Educação a Distância na instituição.

⁴ A Setec/MEC divulgou no dia 5 de maio de 2017 a lista das instituições públicas e privadas contempladas com vagas do MedioTec, sendo que, na oferta de EaD, apenas podem atuar os institutos federais do país. Na primeira etapa, foram disponibilizadas para os IFs 80 mil vagas, das quais 3.790 destinadas aos diversos cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, oferecidos pelo IF Goiano.



programas têm como principal proposta o fortalecimento das políticas de EaD, mediante a convergência das ações de fomento, execução, produção pedagógica e assistência técnica para a oferta da educação superior e profissional técnica de nível médio pelas instituições de ensino públicas na modalidade.

2.2. HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL

De acordo com Alves (2009), o primeiro registro de um curso a distância no Brasil data de 1891, com a veiculação do anúncio de um curso de datilografia em um jornal. No século seguinte, foi fundada em 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que transmitia programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas, literatura infantil e outros de interesse público. O Instituto Monitor, criado em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941, dedicaram-se à realização de cursos básicos para o mercado de trabalho. A televisão para fins educacionais recebeu vários incentivos no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, tendo a Fundação Roberto Marinho colocado no ar programas de sucesso, tais como os tele cursos. Ainda conforme Alves (2009), outras iniciativas foram a Televisão Educativa (TVE) do Ceará, que começou a operar em 1974; a TV Cultura, em 1978; e o programa “Um Salto para o Futuro”, em 1992, destinado à formação de professores e desenvolvido mediante uma parceria entre o governo federal, as secretarias estaduais de Educação e a Fundação Roquette Pinto.

Os anos se passaram e o MEC criou medidas de fortalecimento da EaD, cujos marcos encontram-se em 1996, com a edição da nova LDB, e em 2006, com a criação do sistema UAB, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e empresas estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas políticas e na gestão da Educação Superior. A UAB foi formalizada pelo Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, com o intuito de expandir e interiorizar a formação superior no país. (BRASIL, 2006). Em suma, a UAB é uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância (SED/MEC) e a Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DED/Capes), com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. Seus principais objetivos são a ampliação do acesso à educação pública superior, a redução das desigualdades de oferta de cursos superiores nas diferentes regiões do país e o desenvolvimento institucional para a modalidade de Educação a Distância.

Com o resultado positivo da expansão e interiorização dos cursos da UAB, devido à forte adesão de prefeituras e instituições de ensino superior, foi editado o Decreto n.º 6.301, em 12 de dezembro de 2007, que criou o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), com propósitos semelhantes, porém, com outro direcionamento: a Educação Profissional Técnica. (BRASIL, 2007). Com o decreto, foi regulamentada a oferta de cursos técnicos a distância nos três tipos de articulação previstos na regulamentação nacional da Educação Profissional e Tecnológica de 2004: integrado, concomitante e subsequente. Em 2011, o Decreto n.º 6.301 foi revogado pelo Decreto n.º 7.589, que distribuiu a responsabilidade pela oferta de cursos técnicos a distância para os serviços nacionais de aprendizagem e para os institutos federais, transformando a e-Tec Brasil em Rede e-Tec Brasil. (BRASIL, 2011). No mesmo ano da



revogação do Decreto n.º 6.301 foi aprovada a Lei n.º 12.513, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e agregou-lhe a Rede e-Tec Brasil, ficando esta responsável pela oferta a distância. (BRASIL, 2011).

Em 2017, foi apresentado pelo governo federal o MedioTec EaD⁵, cuja execução durou até 2019 mediante uma parceria entre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como ofertante, e as redes públicas estaduais e distrital de Educação, como demandantes. O programa foi destinado a alunos socialmente vulneráveis e regularmente matriculados no Ensino Médio das redes públicas estaduais e distrital de educação, na tentativa de ampliar suas chances de inserção profissional quando concluíssem a Educação Básica. Os cursos técnicos foram ministrados no contraturno das aulas regulares, e as vagas aos cursos técnicos foram definidas por meio do mapeamento das demandas do mercado de trabalho. (BRASIL, 2017).

3. A EAD NO IF GOIANO

Os institutos federais são autarquias de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparada à das universidades federais. Oferecem Educação Superior, Básica, Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) foi um dos 37 institutos federais criados em 2008 pela Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), e atualmente possui 12 campi: Ceres, Iporá, Urutaí, Morrinhos, Rio Verde, Trindade, Campos Belos, Posse, Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia. Com essa descentralização estratégica dos campi por quase todas as microrregiões geográficas do estado de Goiás, a instituição atingiu em 2013 dezenas de municípios, que firmaram parcerias para a abertura de 55 polos de EaD, com aproximadamente 7.000 estudantes matriculados.

Em 2019, o IF Goiano atendia a mais de 10 mil alunos, distribuídos em cursos do Ensino Médio, Técnico e da graduação, estes na modalidade de bacharelado, licenciatura e tecnologias. Também oferece cursos de aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, em nível de especialização, mestrado profissional e mestrado e doutorado acadêmicos. No âmbito da EaD, o IF Goiano aderiu à Escola Técnica Aberta do Brasil e passou a ofertar em 2013 inicialmente sete cursos técnicos na modalidade, fundamentando-se nas normativas do programa e-Tec Brasil, da Setec/MEC.

Dados do setor de Registro Escolar da Reitoria do IF Goiano mostram que, após 2013, as ofertas se repetiram em 2014 e 2015. Nesse último ano, a instituição abriu suas últimas turmas vinculadas à Rede e-Tec Brasil, com a finalização de cursos técnicos em 2016. Durante todo o período de oferta de cursos vinculados à Rede, foram efetivadas 8.490 matrículas, e desse total 4.659 alunos concluíram seus estudos e foram certificados em nove cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio: Açúcar e Álcool,

⁵ O MedioTec é uma ação do Pronatec que foi desenvolvida paralelamente à reforma do Ensino Médio e que teve, entre seus propósitos, a formação técnica e profissional como mais uma alternativa para o jovem. Os institutos federais ficaram responsáveis por ministrar os cursos em EaD, enquanto as escolas estaduais e privadas submetidas ao edital ministraram cursos presenciais. (BRASIL, 2017).



Administração, Eventos, Informática para Internet, Logística, Meio Ambiente, Secretariado, Segurança do Trabalho e Serviços Públicos.

Apesar de o número de matrículas ser expressivo, o quantitativo dos alunos reprovados também chama a atenção. De 2013 a 2016, ano em que as turmas da Rede e-Tec Brasil foram finalizadas, 3.831 alunos reprovaram, a maioria deles no município de Rio Verde, cujo campus havia sido o que registrou o maior número de matrículas. Em 2016, com a decisão da equipe gestora do IF Goiano de não participar de uma nova pactuação com a Rede e-Tec Brasil, a instituição passou a estimular ações de EaD próprias, sem a dependência de programas externos de fomento. A primeira delas foi a implantação de 20% a distância da carga horária total dos cursos presenciais, tanto superiores quanto técnicos. Dos 12 campi, dez aderiram à proposta e começaram a reconfigurar, em 2017, seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e a buscar capacitação para seus professores atuarem no ambiente virtual de aprendizagem Moodle. São eles, por ordem de adesão: Posse, Trindade, Ceres, Urutaí, Morrinhos, Hidrolândia, Iporá, Campos Belos, Rio Verde e Catalão.

A iniciativa visou à diminuição da evasão na instituição e é fruto de uma orientação da Setec/MEC após o Tribunal de Contas da União (TCU) realizar em 2013 uma auditoria operacional de fiscalização e orientação centralizada, com foco na Rede Federal de Educação Profissional. O relatório da auditoria apontou a necessidade de aprimoramentos nas atuações relacionadas à evasão escolar, à interação com os arranjos produtivos locais e ao apoio à inserção profissional dos alunos. Em segundo plano, o documento também apontou a carência de professores e de profissionais de laboratório e a ausência de instalações físicas adequadas em alguns institutos federais.

É importante ressaltar que os institutos federais têm como objetivo alcançar todos os segmentos da mão de obra nacional, oferecendo um leque de cursos que variam desde a formação continuada e inicial (em que a exigência acadêmica é baixa) até os de doutorado. Por essa característica, em muitos casos os institutos recebem alunos com deficiências que vêm de níveis de ensino anteriores, o que potencialmente impacta a evasão. O abandono do curso representa um problema que alcança diferentes modalidades de ensino no Brasil, e a educação profissional não foge a essa regra. A meta de alcance de 90% da taxa de conclusão prevista no Plano Nacional de Educação 2014-2024, ou mesmo da taxa de 80% prevista no Termo de Acordo de Metas para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos aparentemente ainda é um ideal de longo prazo (TCU, 2013), cujas dificuldades de cumprimento são avassaladoras.

Alguns dados do relatório do TCU são bastante expressivos: as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para cursos de nível médio integrado; 37,5% para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); 25,4% para a licenciatura; 27,5% para o bacharelado; e 42,8% para os cursos de tecnólogo. Em termos de estratégias de combate à evasão, observou-se que muitas vezes a atuação dos campi de determinados institutos federais dá-se de forma isolada em relação à dos demais. Esses dados foram extraídos pelo TCU do Sistema Operacional Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), utilizado pelo MEC para o



controle de matrículas e recursos. Também foram verificadas as taxas de alunos evadidos, alunos em curso e alunos concluintes, conforme pode ser observado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Indicadores de evasão.

Indicador / Tipo de curso	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de Ciclos de Matrícula*	287	1.544	483	163	107	739
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de Evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de Alunos em Curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: Relatório do TCU (2013), com dados brutos extraídos do Sistec/MEC.

* Ciclos de Matrícula abrangem todos os cursos (diurnos, noturnos, integrais e a distância).

Ao se calcular a taxa de alunos evadidos, verifica-se que os cursos com maiores taxas de abandono são os de nível médio, principalmente os do Proeja (24%) e os de nível médio subsequentes (19%). Outra perspectiva pode ser traçada utilizando-se os dados da Taxa de Alunos Concluintes, que traz os cursos superiores que apresentaram as menores taxas de conclusão: os de bacharelado (27%) e os de licenciatura (25%).

Nesse sentido, após uma análise do relatório do TCU, o IF Goiano passou a utilizar os 20% da carga horária a distância em seus cursos presenciais, como uma forma de reduzir a evasão e estimular um ensino autônomo e efetivo para os discentes. Sob o aspecto legal, a proposta dos 20% é amparada pela LDB/1996, pela Resolução n.º 6, de 20 de setembro de 2012, e pela Portaria n.º 1.134, de 10 de outubro de 2016. O Art. 80 da LDB/1996 dispõe que “[...] o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996, online). Já a Resolução n.º 6/2012, que define a oferta dos cursos técnicos, determina, no § único do Art. 26:

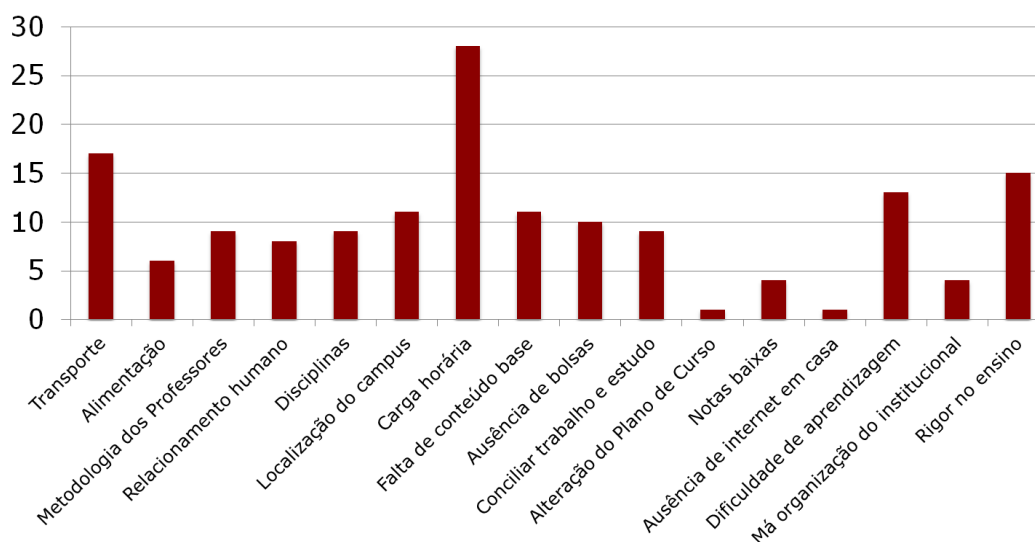
Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores. (BRASIL, 2012, p.1).

Por sua vez, a Portaria n.º 1.134, de 10 de outubro de 2016, dispõe que as instituições de Ensino Superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido pelo MEC podem introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância, integral ou parcialmente, desde que não ultrapasse 20% da carga horária total do curso. (BRASIL, 2016b). É importante ressaltar que essa medida é considerada pela Pró-Reitoria de Ensino do IF Goiano como uma das formas de garantir a



permanência e o êxito dos estudantes nos cursos presenciais, uma vez que a carga horária excessiva foi apontada como o principal aspecto desmotivador pela maioria dos estudantes entrevistados durante uma pesquisa realizada em 2017 como parte das atividades do IV Ciclo de Formação do Instituto Federal Goiano, da qual participaram 1.986 discentes regulares e 56 alunos evadidos. (LIMA, 2017).

Figura 1 - Fatores motivadores da evasão de alunos no IF Goiano.



Fonte: Lima (2017).

Concomitantemente às ações de implementação dos 20% EaD nos cursos presenciais, em julho de 2017 uma nova proposta de pactuação de vagas com fomento apresentada pelo governo federal contou com a adesão do IF Goiano, que retomou suas atividades financiadas por programas. A instituição passou então a ofertar vagas em cursos técnicos concomitantes e subsequentes do Programa MedioTec EaD, cuja finalização das turmas ocorreu no final de 2019, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - Oferta de vagas pelo MedioTec EaD no IF Goiano.

Cursos Concomitantes ao Ensino Médio		
Campus	Polo	Curso
Ceres	Minaçu	Segurança do Trabalho - 50 vagas
		Meio Ambiente - 50 vagas
Iporá	Caiapônia	Segurança do Trabalho - 50 vagas
		Meio Ambiente - 50 vagas
	Iporá	Segurança do Trabalho - 50 vagas
	Itapirapuã	Administração - 50 vagas
		Secretariado - 50 vagas
	Santa Fé	Administração - 50 vagas
		Informática - 50 vagas
São Luiz Montes Belos	Meio Ambiente - 50 vagas	



Posse	Flores de Goiás	Informática para Internet - 50 vagas
		Meio Ambiente - 50 vagas
Cursos Subsequentes ao Ensino Médio		
Campus	Polo	Curso
Ceres	Ceres	Meio Ambiente - 50 vagas
	Crixás	Meio Ambiente - 50 vagas
	Itapaci	Meio Ambiente - 50 vagas
	Itapuranga	Meio Ambiente - 50 vagas
	Rubiataba	Meio Ambiente - 50 vagas
Iporá	Santa Fé	Técnico em Informática - 50 vagas
Morrinhos	Itumbiara	Eventos - 50 vagas
	Rio Quente	Eventos - 50 vagas
	São Simão	Administração - 50 vagas
Rio Verde	Cachoeira Alta	Informática - 50 vagas
	Chapadão do Céu	Informática - 50 vagas
	Jataí	Eventos - 50 vagas
	Lagoa Santa	Administração - 50 vagas
	Santa Helena	Manutenção e Suporte em Informática - 50 vagas
	São Simão	Administração - 50 vagas
	Serranópolis	Informática - 50 vagas

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em dados da Sistec/Setec. (BRASIL, 2019).

Além das vagas ofertadas pelo MedioTec EaD, o IF Goiano aderiu à UAB, obtendo o deferimento de três cursos: um de nível superior em Pedagogia; um de especialização em Matemática; e um de especialização em Formação Docente. Todavia, as ações que mais merecem destaque, de acordo com a Pró-Reitoria de Ensino, são aquelas relacionadas a cursos próprios, sem o fomento de programas de governo. Atualmente, é no campus Trindade que os trabalhos de implementação dos 20% em EaD nos cursos presenciais são mais expressivos, conforme constatado em um projeto piloto iniciado em 2015.

Silva, Gomide e Lima (2017, p.7), em pesquisa realizada no campus Trindade do IF Goiano sobre a utilização dos 20% EaD nos cursos integrados de nível médio, constataram:

Entre os alunos, percebe-se que houve crescimento nos seguintes pontos: organização temporal; priorizar tempo para estudar; interação mediada pelas mídias interativas com os colegas e com o professor; cooperação, que favorece o trabalho docente. Registra-se também, entre os alunos, a conscientização e o reconhecimento de áreas que necessitam de “reforço” e dedicação quanto aos conteúdos trabalhados. Dentre os aspectos positivos, a necessidade de se estabelecer prioridades; a conectividade, a interação e a cooperação entre os colegas; a explanação das dificuldades de conhecimento pelo AVA, com perguntas que, talvez, não conseguiriam fazer em sala de aula perante



os colegas. E, em longo prazo, o aluno se torna mais autônomo – sujeito da própria aprendizagem; já consegue uma melhor organização do tempo; trabalha a persistência, o autodidatismo, além da cooperação e sugestões de temáticas.

A experiência em Trindade tem sido compartilhada com os demais campi do IF Goiano e com outros institutos federais brasileiros que ainda estão iniciando o processo de inclusão de 20% em EaD na carga horária dos cursos presenciais como um modelo a ser seguido, porém, respeitando-se as características de gestores, docentes, discentes de cada uma das unidades. Contudo, já há relatos de alunos e professores de que a Educação a Distância tem gerado impactos positivos na vida de todos. Esse é um dado preliminar que está sendo contabilizado dia após dia, à medida que ocorre a implementação da EaD na instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preliminar dos dados referentes à implantação de políticas para a institucionalização da Educação a Distância no IF Goiano aponta para uma realidade desafiadora. O que se percebe é que as instituições de ensino públicas brasileiras dependem dos programas de fomento, tais como a UAB, a Rede e-Tec Brasil e o MedioTec EaD, para conseguirem consolidar suas ações de Educação a Distância. Porém, tais políticas são formuladas e reformuladas de maneira vertical, visando fortemente atender aos interesses de governo, o que gera prejuízos não apenas quanto à execução da política, mas também quanto ao seu sucesso.

Em 2016, encerrou-se a oferta da Rede e-Tec Brasil pelo IF Goiano, e, apesar de ter atendido um número expressivo de alunos, o percentual de estudantes reprovados, tanto por não terem alcançado médias satisfatórias quanto por desistência, foi alto: 45,12% do total. Quanto à evasão, no curso de Técnico em Segurança do Trabalho, por exemplo, 60% do total de estudantes matriculados em uma das turmas desistiu. Entre os que chegaram ao fim do curso, 35% foram reprovados. Já para os cursos técnicos de Eventos, Informática e Finanças, a procura em alguns polos foi tão pequena e a taxa de evasão tão grande que houve turmas que formaram apenas quatro ou cinco alunos.

Além disso, em 2017, uma nova política, inclusive com outra nomenclatura, MedioTec EaD, foi apresentada às instituições pelo Governo Temer, que abandonou as diretrizes da política que estava em vigor há dez anos, a Rede e-Tec Brasil, sem apresentar uma avaliação e/ou as razões para a sua substituição. Essa descontinuidade repentina pegou a todos de surpresa, sobretudo quando foi proposta a nova política de substituição: o MedioTec EaD, cujo recurso financeiro destinado aos IFs foi três vezes menor do que o da ação anterior. (BRASIL, 2017).

Pela diversidade dos fatores que desencadearam a evasão, pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias para combatê-la nos institutos federais é uma tarefa complexa. Primeiramente, é preciso levar em conta que os institutos federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. Essas diferenças fazem com que as políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento.



Quanto à inclusão de 20% de disciplinas a distância na carga horária dos cursos presenciais, percebe-se um movimento grande de adesão dos institutos federais do país, na tentativa de reduzir os índices de desistência; porém, no IF Goiano, ainda não é possível mensurar a eficácia da iniciativa, uma vez que está sendo implementada aos poucos, em projetos-piloto que ainda estão em fase inicial. O que se percebe, no entanto, é uma expectativa positiva da equipe gestora, que considera que a ação trará impactos positivos quanto à permanência e êxito do aluno.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. A história de EAD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o artigo 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Decreto n.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Sistema escola Técnica do Brasil – e-Tec Brasil. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de educação Profissional, científica e tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília: Presidência da República, 2011a.

BRASIL. **Decreto n.º 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília: Presidência da República, 2011b.

BRASIL. **Resolução n.º 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Ministério da Educação (CNE), 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Presidência da República, 2016a.

BRASIL. **Portaria n.º 1.134, de 10 de outubro de 2016**. Revoga a Portaria MEC n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema. Brasília: MEC, 2016b.

BRASIL. **Documento de Referência do MedioTec EaD**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SISTEC, 2019.



HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação**, Campinas, v.21, n.55, p.30-41, 2001.

LIMA, D. C. B. P. **Políticas públicas de EaD no ensino superior**: uma análise a partir das capacidades do Estado. 2013. 285 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, M. N. P. **IV Ciclo de Formação sobre o Plano de Evasão, Permanência e Êxito dos Institutos Federais da Região Centro Oeste**. Goiânia: IF Goiano, 2017. 18 slides, color.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SILVA, R.; GOMIDE, R.; LIMA, V. A reforma do ensino médio (lei 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional. In: COLÓQUIO NACIONAL EAD, 4., 2017, Natal. **Anais...** Natal: IFRN, 2017.

TCU. **Acórdão n.º 506, de 13 de março de 2013**. Recomendações à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC). Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-08/13-P. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2013.

Submetido em: **09/10/2020**

Aceito em: **27/11/2021**